

Toolkit para Parcerias

POTENCIALIZANDO PARQUES

UM GUIA INTRODUTÓRIO PARA FORTALECER A VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Os parques brasileiros são um patrimônio de todos nós, fundamentais para a conservação da natureza, e onde a visitação possui um aspecto essencial para o cumprimento de suas funções. Além da geração de oportunidades para o desenvolvimento sustentável a partir do turismo de natureza, a visitação ordenada vai além do momento da visita: ao criar vínculos com a natureza, as pessoas tendem a se conscientizar sobre a importância de respeitá-la e protegê-la. Cria-se, assim, uma dinâmica cíclica de geração de defensores da causa a partir das próprias atividades no parque, fortalecendo a agenda da conservação ambiental como um todo.

É nesse sentido que, partindo da crescente evolução das parcerias em parques, temos uma oportunidade para amplificar os impactos positivos dessas unidades de conservação ao incorporar aos projetos boas práticas que considerem as demandas dos mais diversos perfis de visitantes, habituais ou potenciais, fomentando parques que, cada vez mais, proporcionem boas experiências às pessoas.

Ao trazer recomendações desenvolvidas a partir de pontos de vista de diferentes tipos de frequentadores de parques, sem necessariamente gerar complexidades para sua incorporação, este guia tem o objetivo de disseminar ações que levem

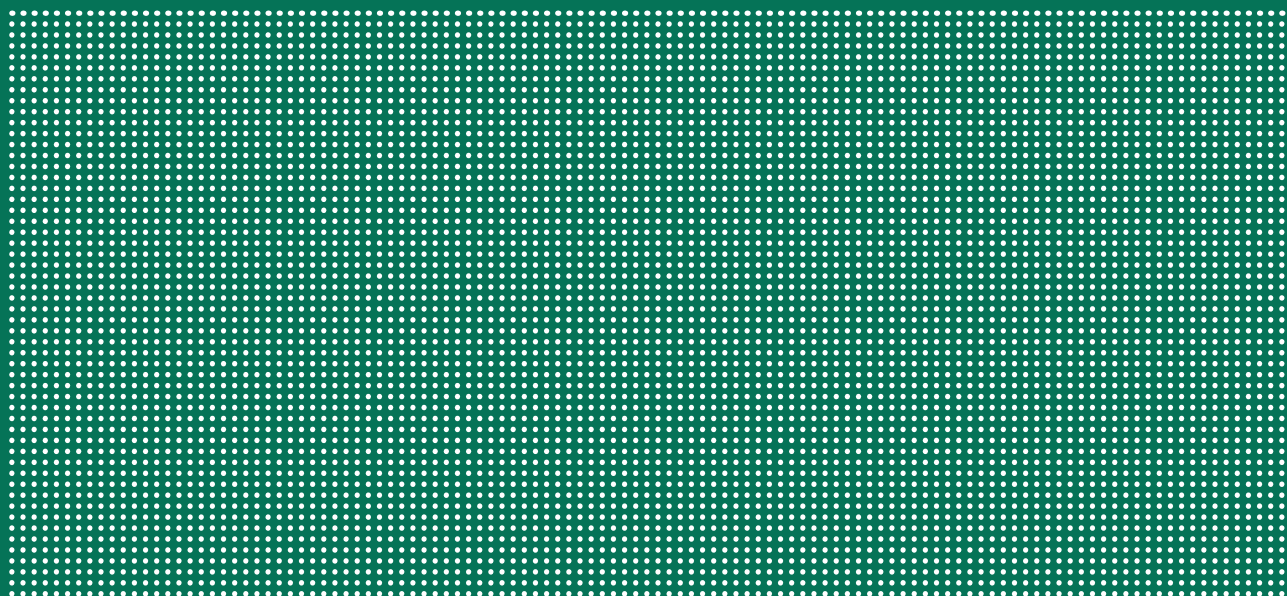
à melhoria da experiência do visitante, por meio da consideração de demandas e necessidades dos vários perfis de usuários, direcionando os projetos de parcerias a amplificarem seus impactos positivos. Vale destacar que existem diversas modalidades de parcerias, e que estas devem ser pensadas considerando a realidade de cada parque, bem como as atividades que lá acontecem e seus impactos. Nesse sentido, nem sempre uma parceria que pode ser benéfica a um parque será, necessariamente, para outro. Se refletidas nos documentos contratuais, que delimitam as obrigações e direitos, seja do Poder Concedente, seja do parceiro privado, as recomendações aqui presentes podem, além disso, se tornar importantes instrumentos para aprimorar estes documentos, inclusive durante os diálogos ao longo da estruturação dos projetos, uma vez que será possível promover uma aproximação entre estruturadores de projetos e as necessidades dos usuários do parque levantadas nesses momentos.

Esperamos que este material possa contribuir com o aprimoramento dos projetos em parques, para que sejam cada vez mais visitados, protegidos e valorizados por todos.

Boa leitura!

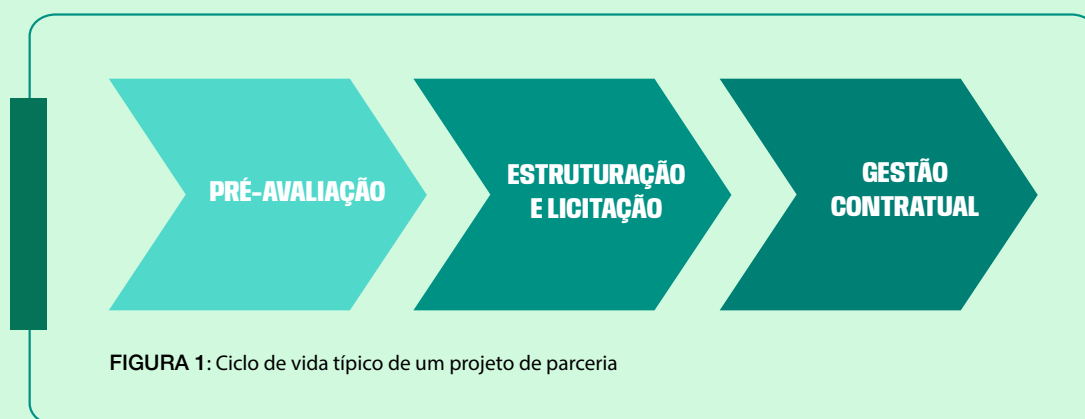
ÍNDICE

Introdução	4
1 Recomendações transversais	6
a. Entendendo os visitantes e ampliando o uso público	7
b. Direito ao risco e à autonomia durante a visitaçã.....	9
c. Comunicação com o visitante	11
2 Recomendações específicas	14
a. Acessibilidade e pessoas com deficiência	15
b. Crianças e famílias	17
c. Montanhistas e escaladores.....	18
d. Observadores de fauna e flora	20
e. Trilhas para todas e todos	21
Considerações Finais	24
Expediente	25



INTRODUÇÃO

Ainda que o foco desta publicação seja sobretudo os estruturadores de parcerias, do setor público ou privado, e gestores de parques, que possuem aqui uma importante ferramenta para o aprimoramento dos projetos, as organizações, com ou sem fins lucrativos, e a sociedade como um todo, que se relaciona com parques, também podem encontrar aqui um conjunto de boas práticas desejáveis em parcerias. Muitas vezes as recomendações podem ser mais indicadas a um grupo específico, mas de toda forma, entendemos ser importante agrupá-las neste documento, tendo em vista que apenas com a participação de atores diversos poderemos alcançar melhores resultados. Vale ressaltar, contudo, que o guia não esgota todas as nuances do tema, mas, sim, resalta uma importante discussão, considerando variadas perspectivas, para que os parques cumpram cada vez mais com suas funções em relação ao uso público e às externalidades positivas deste, como o fomento ao desenvolvimento sustentável do entorno e promoção de uma consciência ambiental. Ainda que as ações indicadas possam ser utilizadas, principalmente na etapa de estruturação e licitação, são ferramentas que podem ser implementadas ao longo de todo o ciclo de vida das parcerias.



Para sua elaboração, foram coletados percepções e entendimentos, em menor e maior profundidade, de uma série de atores envolvidos com atividades que possam ser realizadas em parques e especialistas nos temas de acessibilidade, observação de fauna e flora, crianças e famílias, montanhismo, esportes de aventura e trilhas de longo curso. A síntese do entendimento do Semeia quanto a essas visões foi refletida neste material, de modo a guiar a inclusão de dispositivos nos contratos de parcerias, como encargos obrigatórios ou opcionais, indicadores de desempenho e diretrizes, voltados sobretudo a promover melhores experiências aos visitantes atuais e potenciais, mas que também apoiem o desenvolvimento do entorno e fortaleçam a conservação da natureza.



Para tanto, o documento está organizado em duas partes, ambas voltadas para a potencialização do uso público por meio de aprimoramentos nos contratos de parceria, porém, a primeira contém uma abordagem mais geral e estruturante, transversal a diversos grupos de usuários, e a segunda traz um conjunto de recomendações focadas em grupos específicos de usuários, como montanhistas ou observadores de fauna, por exemplo. Ainda que muitas vezes uma mesma pessoa possa pertencer a mais de um grupo de visitantes, essa divisão é realizada para facilitar a sistematização e compreensão das recomendações aqui presentes.

A seguir, portanto, o guia divide-se nas seguintes seções:

- 1 **Recomendações transversais**
- 2 **Recomendações específicas**

Para cada uma das partes, realiza-se, primeiramente, uma breve discussão conceitual da importância do tema de que elas tratam, algo considerado fundamental para que sua relevância seja melhor compreendida. Na sequência, são apontadas algumas ações práticas possíveis, representadas pelo tópico “**O Que Fazer?**”, indicando formas de endereçar o tema abordado, e, por fim, são apresentados documentos de referência com o objetivo de aprofundar o leitor no tema em questão.



1

RECOMENDAÇÕES TRANSVERSAIS

Potencializar o uso público passa por ampliar a visitação, isto é, buscar formas de atrair mais e diversas pessoas para visitar as unidades de conservação. O parque deve ser entendido como um espaço que proporciona diferentes oportunidades de imersão, abrangendo os mais diversos grupos, o que pode ser feito por meio de uma leitura estratégica dos pontos fortes da unidade e ressaltando que a natureza é capaz de proporcionar boas experiências para todos e todas.

Nesse sentido, esta primeira parte do documento traz recomendações amplas e transversais a diversos grupos de usuários, para que todos, independentemente do motivo da sua visita, sintam que tiveram uma experiência enriquecedora. Para isso, o material buscará trazer reflexões e ações que são as bases para garantir uma experiência completa ao visitante.

a. Entendendo os visitantes e ampliando o uso público

São muitas as motivações que levam as pessoas a se deslocarem a um parque natural. Eles estão intrinsecamente relacionados com cada visitante, sendo muitas as possibilidades, como uma simples caminhada em busca de contato com a natureza, um acampamento com a família para fugir do cotidiano urbano, a apreciação da fauna e da flora, ou mesmo a realização de esportes de aventura buscando cada vez mais expandir os limites da prática.

Ou seja, são inúmeras as possibilidades de uso de um parque natural. Para que as diferentes motivações possam ser realizadas num mesmo espaço, é de grande importância para a gestão da unidade de conservação conhecer os visitantes e seus interesses, sejam eles atuais ou potenciais. Dessa forma, essas informações podem auxiliar o planejamento do uso público do parque, tanto nas áreas onde ele já ocorre como também, quando aplicável, em sua expansão. Assim, torna-se possível planejar a oferta de variadas experiências recreativas e serviços turísticos, com base em dados que atendam melhor às demandas dos visitantes, promovendo satisfação para uma gama maior de perfis de visitantes.

Apesar da heterogeneidade dos usuários de parques, vale considerar que, de modo geral, eles possuem o interesse de conhecer o maior número de parques e atrações naturais possível. Em uma analogia, seria como um “colecionador de experiências de natureza”. Nesse sentido, é interessante olhar para cada parque como parte de um conjunto de áreas naturais, públicas ou privadas, que se complementam e se potencializam. Ou seja, as áreas não concorrem entre si, mas fazem parte de um sistema que culminará na experiência completa do visitante, na qual, muitas vezes, o parque é a âncora e principal atração turística.

O QUE FAZER?

- Incluir perguntas relativas ao perfil e aos interesses dos visitantes do parque no âmbito das pesquisas de satisfação dos visitantes e/ou pesquisas específicas para avaliação do perfil do usuário.
- Incentivar a concessionária a compartilhar com o poder público, sempre que possível, as pesquisas de mercado e perfil do usuário realizadas no âmbito da parceria.
- Criar um canal de comunicação entre parceiro privado, poder público e outras entidades de interesse, como grupos de uma atividade específica, para planejar a expansão da área de uso público, quando pertinente, de forma eficiente e em sintonia com as funções do parque e os interesses dos visitantes.
- Analisar informações obtidas por meio de pesquisas e levantamentos para promover iniciativas que ampliem o uso do parque, utilizando os resultados obtidos para criar ações que engajem a visitação. É possível, inclusive, avaliar a ampliação do uso por diversos grupos sociais, contemplando questões de interesse relacionadas, por exemplo, à identidade de gênero e ao pertencimento étnico-racial.
- Divulgar dentro do parque, como em seu centro de visitantes, ou em plataformas digitais, como site, outros atrativos da região, sejam eles naturais, culturais, ou históricos.

MATERIAIS COMPLEMENTARES



ROVUC – Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação



Parques do Brasil: Percepções da População 2022

b. Direito ao risco e à autonomia durante a visitação

De maneira geral, toda atividade na natureza expõe seus praticantes a riscos em diferentes graus. Como a prática de esportes de aventura acontece neste ambiente, os visitantes naturalmente estão expostos a riscos, ainda que existam diversas possibilidades de mitigação.

Mesmo que esse seja um tema delicado para alguns gestores, assegurar o direito ao risco e à autonomia durante a visita ao parque potencializa a experiência do usuário, especialmente em relação às possibilidades de uso e seu contato com a natureza – o que não exclui a necessidade de estabelecimento de regramentos voltados à conservação da biodiversidade do parque.

A autonomia, por sua vez, indica que o visitante deve poder visitar o parque sem necessariamente estar acompanhado por um condutor ou que o faça se assim o desejar. Ainda que a experiência de uma visitação acompanhada possa ser extremamente enriquecedora, não são todos os usuários do parque que desejam uma visita assim, devendo esse interesse também ser reconhecido. De todo modo, é comum em ambientes que contam com patrimônio arqueológico ou espeleológico, por exemplo, a obrigatoriedade de presença do condutor, mais do ponto de vista de proteger o patrimônio e menos de reduzir os riscos do visitante.

Vale notar que possibilitar uma visita autônoma ao parque não é uma medida voltada a desprestigiar o papel dos condutores de visitantes. Pelo contrário, é de essencial importância que eles sejam valorizados e reconhecidos, inclusive incentivando-se que os usuários realizem visitas guiadas, ainda que não obrigatórias, e tenham experiências riquíssimas por meio da imersão na cultura regional, no bioma, na geologia do parque, entre outros diversos aspectos proporcionados pelo conhecimento que o condutor pode aportar. Por isso, o parque deve ser um espaço de valorização ativa dos benefícios de realizar uma visita acompanhada por um guia local.

Além da importância para a experiência do usuário, a condução de visitantes, inclusive com guias, é uma importante atividade para a promoção do desenvolvimento econômico local e deve ser sempre incentivada e fomentada. O estudo **Parques como vetores de desenvolvimento para o Brasil** aponta como esses serviços podem ser multiplicadores econômicos.

O direito ao risco e à autonomia da visitação não é de simples abordagem e muitas vezes pode representar um desafio ao gestor. Esse tópico, sobretudo, ressalta essa importância, ainda que de forma simplificada. É um ponto que deve ser tema de diálogo, inclusive com os diferentes atores relacionados, como grupos de usuários e prestadores de serviço.

O QUE FAZER?

- Considerar que todas as atividades na natureza possuem algum risco e não impedir, respeitadas as funções previstas para um parque, os visitantes de se exporem conscientemente a eles. Para trazer maior segurança jurídica para a gestão do parque, podem ser adotados formulários em que o visitante declara estar ciente dos riscos e de seu papel para a garantia de sua própria segurança. Vale notar que o direito ao risco não isenta os gestores do uso público, governamentais ou privados, de cumprirem e serem responsabilizados por suas obrigações, contratuais ou não, como manutenção de equipamentos, infraestruturas e sinalização, por exemplo.
- Comunicar, de maneira efetiva, os riscos inerentes às diversas atividades que possam ser realizadas no parque, ressaltando a responsabilidade do visitante com sua própria segurança. Isso pode ser feito apresentando material midiático aos visitantes, como cartilhas, vídeos e placas informativas sobre os riscos envolvidos nas atividades de aventura em um ambiente natural, por exemplo.
- Sempre que possível, manter como regra geral que a contratação de condutores de visitantes e/ou guias seja opcional. Para tanto, podem ser fomentados diálogos com as partes interessadas avaliando a realidade local, os benefícios e pontos de melhoria na implementação dessa política na unidade.
- Mesmo que seja considerada a não obrigatoriedade de um condutor acompanhando o visitante, deve ser dado apoio aos guias para a divulgação de sua atividade, incentivos para a sua qualificação profissional e fomento à contratação por parte dos visitantes, se assim o desejarem. Para tanto, o parceiro privado pode apresentar aos visitantes todo o enriquecimento da experiência que esse profissional oferece, levando ao usuário informações da fauna, flora e geologia local, bem como da formação sociocultural da região – e estimular que sejam voluntariamente contratados. A parceria pode também potencializar a qualidade do serviço prestado, oferecendo eventuais requalificações com cursos, workshops e palestras sobre temas de interesse para os condutores, por exemplo.

MATERIAIS COMPLEMENTARES

 Publicação “O Direito ao Risco”

 Decreto de Uso Público de Parques Estaduais pelo INEA-RJ

C. Comunicação com o visitante

A comunicação com os visitantes nos parques é essencial para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque. E o papel do parceiro privado pode versar entre criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelas unidades de conservação, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.

É importante considerar que todo esse diálogo com as pessoas seja desenhado de forma convidativa, despertando o interesse do visitante de se apropriar de todo o conhecimento disponível. Nesse sentido, são quase infinitas as possibilidades, devendo essas ser pensadas de acordo com a realidade e contexto de cada parque. Por exemplo, podem ser idealizadas ações como intervenções no centro de visitantes, implementadas de forma interativa, usando recursos naturais do parque, mas também dispositivos tecnológicos de áudio, vídeo, projeções, entre outros, entendendo o visitante não como um indivíduo passivo que recebe o conhecimento, mas como um agente ativo que interage com as informações e recursos disponibilizados para construir seu próprio entendimento da realidade.

De todo modo, as iniciativas de comunicação não precisam se restringir somente ao espaço físico da unidade, mas podem também extrapolar para as redes sociais e cidades do entorno, por exemplo, atuando como uma ferramenta que chega não somente em quem já conhece o parque, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita. Essas são formas de se comunicar com o visitante de carteirinha, mas também com o potencial visitante, colocando os parques no imaginário coletivo.

O principal objetivo da comunicação nos parques é a construção de relações e troca de conhecimentos, por isso, as formas de comunicação usadas pelo parceiro privado podem proporcionar uma experiência rica, tanto por compartilhar boas informações que são úteis ao usuário durante a visita como por disponibilizar no site informações sobre a época de floração de uma espécie, preservando o formato acolhedor de partilha de conhecimento e integrando o visitante.

O QUE FAZER?

- Disponibilizar informações sobre o ambiente natural da unidade de conservação antes, durante e após a visitação. Para tanto, podem ser disponibilizados no site do parque mapas interativos, guias *online* sobre a biodiversidade local e informações quanto às paisagens, sazonalidades e dinâmicas naturais da área, como informações sobre cheia de rios, floração e frutificação, espécies migratórias, entre outros. Já para os visitantes *in loco*, disponibilizar informações em guias impressos ou digitais, placas e outras formas de sinalização. Também é interessante integrar a comunicação do parque com plataformas de conhecimento coletivo como iNaturalist, WikiAves, Wikiparques e eBird, por exemplo.
- Promover o contato dos moradores do entorno com o parque e outros atrativos, tanto para apoiar a comunicação com os turistas quanto para ampliar o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio local. Da mesma forma, é fundamental que os conhecimentos da população local sejam valorizados e comunicados ao visitante, sempre em sintonia com a vontade dessa população.
- Disponibilizar no site do parque e no centro de visitantes informações que possam ajudar no planejamento da visita de pessoas com deficiência e famílias com crianças, por exemplo, indicando as condições de acesso aos atrativos do parque, assim como referências de restaurantes, hospedagens, agências de turismo e outros serviços que sejam acessíveis, acompanhados das estruturas que oferecem.
- No planejamento da comunicação com os visitantes, deve-se considerar a pluralidade das relações sociais, atentando-se ao fato de que as pessoas têm experiências diversas nos mesmos espaços, cada qual sob seu prisma. Por isso, entende-se a necessidade de abordar a comunicação de um parque sob a ótica da diversidade, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.

Utilizar linguagem inclusiva em suas comunicações com o público e garantir que as iconografias empregadas para orientar a localização dos espaços abarquem representações de diferentes características étnico-raciais e de gênero, e que reflitam a diversidade local, são formas de abordar a questão.

MATERIAIS COMPLEMENTARES



Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais



Parques para Todas e Todos - Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero



2

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

Além das recomendações gerais apresentadas anteriormente, também é de fundamental importância levar em consideração as demandas de grupos específicos de usuários, de modo a criar condições para que as necessidades relacionadas à sua motivação para visitar o parque possam ser mais bem atendidas. Para tanto, esta seção trata das demandas desses grupos e também traz recomendações para que elas sejam transformadas em ações práticas, uma vez que quanto mais atendidos os desejos dos diversos grupos de visitantes que frequentam ou possam vir a frequentar o parque, mais pessoas poderão ter boas experiências na natureza.

a. Acessibilidade e pessoas com deficiência

De forma ampla, a acessibilidade em um parque está relacionada ao direito de ir e vir do cidadão, assim como ao acesso imaterial, ou seja, à informação relacionada ao espaço a ser visitado. Dentro desse contexto, existem diferentes tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, metodológica, instrumental, programática e comunicacional.


Como o próprio espaço natural de uma unidade de conservação pode ser um fator limitante para o acesso de pessoas com deficiência, informações em relação à acessibilidade das infraestruturas e dos atrativos é essencial para o planejamento da visita. De toda forma, as condições naturais não devem ser encaradas como fator de desestímulo à visitação por pessoas com deficiência, uma vez que todos podem ter boas experiências ao visitar um parque..


O QUE FAZER?

- Oferecer aos visitantes equipamentos de tecnologia assistiva como forma de ampliar as possibilidades de uma experiência inclusiva. Para isso, o parque pode dispor, por exemplo, de cadeiras adaptadas para montanhismo ou cadeiras anfíbias, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, trilhas planas facilmente transitáveis, mapa tátil do parque, vídeos legendados, entre outros.
- Considerar a estruturação de um centro de visitantes que seja um espaço onde o conjunto de informações do parque é agrupada. Para isso, por meio da utilização de recursos tecnológicos, é possível dispor de informações sobre a unidade por meio de iniciativas 3D, efeitos sonoros, maquetes, vídeos, fotos, ou qualquer outra forma de permitir o acesso virtual ao espaço, desde que disponibilizado em formato acessível.

- Considerar no planejamento das intervenções e operação da acessibilidade do parque a experiência completa das pessoas com deficiência, contando, inclusive, com a participação daqueles que usufruirão dessas melhorias e de instituições que atuam com o tema que possam contribuir com sugestão de aprimoramentos. Nesse sentido, também deve ser fomentada a participação desse grupo para o acompanhamento das ações no parque, como nos conselhos gestores, por exemplo.
- Oferecer formação aos colaboradores do parque para atenderem e orientarem com qualidade pessoas com deficiência, inclusive em relação aos equipamentos eventualmente oferecidos.
- Implementar, sempre que possível, infraestruturas acessíveis que possam otimizar a experiência dos visitantes, como trilhas sensoriais, rampas, elevadores mirantes e passarelas suspensas com acessibilidade.
- Considerar, sempre que possível, a adaptação de algumas trilhas para que sejam acessíveis, buscando proporcionar a infraestrutura a todos os diversos perfis de visitantes, desde os mais iniciantes ou com limitações de mobilidade até ao mais experientes. Também deve-se avaliar a possibilidade de abertura de acessos alternativos aos atrativos, que envolvam menor deslocamento a pé e possibilitem que pessoas com mobilidade reduzida possam chegar em um atrativo não apenas pela trilha, mas por meios de transporte acessíveis.

MATERIAIS COMPLEMENTARES

 O paraíso é para todos? Acessibilidade em Unidades de Conservação para pessoas com deficiência

 A natureza ao alcance de todos: guia de acessibilidade em unidades de conservação

b. Crianças e famílias

Os parques são espaços ideais para as crianças entrarem em contato com a natureza, sendo um local que estimula as brincadeiras e a descoberta de novos animais, plantas, cores e texturas. Nessas áreas, é possível aprender de forma ativa, explorando a natureza, desenvolvendo afinidades e o zelo com o meio ambiente.

Dentro do planejamento do uso público dos parques, as crianças não devem ser consideradas apenas no escopo do aprendizado formal de educação ambiental, das excursões de escolas e do estudo do meio, mas também como indivíduos que buscam lazer. Assim, o planejamento do uso público deve salvaguardar o parque como um espaço onde as crianças podem se divertir, aprender de forma autônoma e se comportar como crianças. A partir dessa leitura mais ampla sobre como elas podem aproveitar os parques, é desejável que sejam pensadas ações para receber esse público e suas famílias, com iniciativas que contemplem as necessidades desse grupo e permitam que elas possam ter boas experiências.





O QUE FAZER?

- Promover “minipalestras” lúdicas e interativas com foco em educação ambiental, nas quais as crianças tenham a oportunidade de interagir com fósseis, pegadas, animais taxidermizados¹, pequenas coleções científicas representativas da região, e outros objetos táteis e visuais enquanto aprendem. Eventualmente pode-se disponibilizar equipamento como lupas, binóculos e microscópios.
- Planejar e implementar, quando possível, parques naturalizados (*natural playgrounds*), espaços de brincar que emulam características da natureza e permitam maior contato com elementos naturais, como água, terra e rochas, por exemplo. Com esses espaços, é possível promover o contato das crianças com o ambiente natural de forma lúdica e divertida. É interessante que esses locais tenham água e elementos soltos onde a criança possa criar estruturas, usando pedras, troncos de árvores, barro e tudo que possa convidá-la a explorar o espaço, de modo que elas construam a própria experiência no parque.
- Planejar trilhas que também sejam direcionadas para receber famílias e crianças, tendo mais pontos de paradas ao longo do trajeto, e, no caso de trilhas mais longas, contar com mais pontos de pernoite.

¹Técnica de preservação de animais mortos para conservação das características físicas

- Considerar a implementação, quando possível, de campings que possibilitem uma experiência imersiva no parque, contando com infraestruturas adequadas às necessidades de famílias, como cozinhas e banheiros de família com estruturas adaptadas para crianças, com trocadores de fralda e, por fim, que sejam de fácil acesso, inclusive por veículos, quando possível.
- O mobiliário urbano do parque deve ser pensado também para as necessidades desse público, sem prejuízo para outros, considerando, por exemplo, a possibilidade de se fazer piqueniques, contando com mesas e bancos, próximos de locais em que as crianças possam ter contato com elementos naturais.

MATERIAIS COMPLEMENTARES

-  Guia Acampando com Crianças
-  Parques Naturalizados: Como Criar e Cuidar de Paisagens Naturais para o Brincar
-  10 estratégias para aprimorar a experiência das crianças em parques
-  Parques tamanho família: um novo olhar sobre a infância nas Unidades de Conservação do Brasil

c. Montanhistas e escaladores

Ainda que as trilhas sejam parte inerente ao montanhismo, seja na aproximação de uma montanha, curtas caminhadas, ou travessias de longa duração, por exemplo, esse tema será tratado em seção distinta.

O montanhismo é um conjunto de atividades desenvolvidas em áreas montanhosas, incluindo, por exemplo, escaladas ou trilhas, de diversas durações e motivações, que promovem vínculos emocionais do visitante com o meio primitivo em que está

inserido, sendo, inclusive, um valioso instrumento de educação ambiental. Dessa forma, é importante possibilitar que essas atividades possam ocorrer no máximo de locais possíveis e com o mínimo de restrições, desde que respeitados os regramentos do parque voltados para sua conservação.




A prática do montanhismo envolve diversos riscos, e, por isso, o usuário deve ser consciente de sua própria segurança. Nesse sentido, a função do parque pode estar atrelada a ser um canal de divulgação de informações e

conscientização aos montanhistas, pautando efetivamente o tema. No entanto, deve-se observar que a responsabilidade do visitante não isenta, necessariamente, que sejam tomadas ações voltadas à organização da prática, visando ao ordenamento do uso público para a conservação do meio onde ela ocorre ou mesmo a necessidade de realizar manutenção e implantação adequada de sinalização e infraestruturas em geral.

O QUE FAZER?

- Promover o envolvimento da comunidade do entorno e de entidades representativas para participarem do planejamento e abertura de novos atrativos, vias de escalada e intervenções no parque, bem como facilitando seu envolvimento na oferta de serviços turísticos.
- Garantir ao montanhista as informações e o conhecimento de todos os riscos assumidos ao realizar a atividade, principalmente como uma maneira de apresentar, de forma estruturada, informações para promover a conscientização para aqueles que desejam praticar atividades no parque.
- Utilizar o centro de visitantes como um espaço de promoção e valorização da cultura e da prática do montanhismo, revelando os principais atrativos do parque para os praticantes da atividade, os desafios envolvidos, e convidando os inexperientes a explorarem a atividade em rotas de menor dificuldade.

MATERIAIS COMPLEMENTARES

-  Montanhismo Brasileiro: Princípios e Valores
-  Programa de Qualificação de Profissionais de Montanhismo e Escalada
-  Manual de Manejo de Escalada

d. Observadores de fauna e flora

A observação de fauna e flora deve ser entendida não apenas como um produto turístico, mas sobretudo como uma ferramenta de ciência cidadã² ou colaborativa e de educação ambiental. A disponibilização de informações e conhecimentos sobre o ambiente natural das unidades é extremamente importante, seja para quem ainda não está no parque, seja *in loco*, com a finalidade de ampliar a possibilidade de organização de roteiros e maximização da boa experiência do visitante.

Quando do planejamento das intervenções, a observação da biodiversidade também é uma das atividades que podem ser consideradas, inclusive como um produto turístico a ser oferecido. Desse modo, pode ser pensada tanto em relação ao planejamento das intervenções usuais previstas em contratos de parceria de melhorias de mobiliário e de apoio ao visitante, como também de infraestruturas mais complexas que possam oferecer uma experiência única ao observador.

O QUE FAZER?

- Permitir a entrada de observadores de fauna em horários diferenciados do público geral, o que proporciona uma melhor experiência para a atividade de observação.
- Incluir mobiliário urbano de apoio nos pontos de observação de fauna e flora e sinalização voltada aos elementos naturais do parque, incorporando, quando possível, infraestruturas mais complexas, como torres ou abrigos de observação.
- Implementar, quando possível, a inclusão de “placares de avistamento de fauna”, onde visitantes e funcionários possam registrar suas observações, com data e local, o que pode ser uma forma de estimular a curiosidade daqueles que passarem no local.
- Promover a comunicação com o público em geral, presencialmente, mas também em mídias sociais, divulgando vídeos e imagens capturadas na unidade ou mesmo transmitindo ao vivo, inclusive dentro do centro de visitantes, e comunicando ao público as espécies que ali aparecem.

²A Ciência Cidadã consiste em uma parceria entre amadores e cientistas para coletar e analisar dados científicos, possibilitando a participação do público em pesquisas e, em alguns casos, também promovendo a conservação da biodiversidade (LOFFREDO, 2020, p. 9).

- Disseminar informações sobre a biodiversidade do local, com especial destaque para aquelas espécies endêmicas da região. Disponibilizar, manter e atualizar a lista de espécies da UC em plataformas colaborativas como Biofaces, WikiAves, iNaturalist e eBird, por exemplo.
- Deve-se considerar que os funcionários, em especial aqueles que se relacionam com o público, são portadores de informações preciosas tanto para o visitante comum como para os observadores. Por isso, é uma boa prática incentivar que funcionários tornem-se observadores de fauna e flora, oferecendo equipamentos e estrutura de registro, por exemplo.

MATERIAIS COMPLEMENTARES



Guia de Observação de Primatas de São Paulo



Aves de São Paulo



Passaporte de Aves



Observação de Aves: torres, abrigos e mobiliário de apoio

e. Trilhas para todas e todos

Um elemento comum em praticamente todos os parques – e utilizado por uma variedade de visitantes – são as trilhas. São fundamentais para que uma série de atividades possam ser praticadas, como montanhismo ou *mountain bike*. Podem ser percorridas em alguns minutos ou em dias, levando a um atrativo específico ou atravessando todo o parque como parte de um trajeto continental – enfim, são elementos fundamentais quando se pensa na visita.

Para tanto, devem ser pensadas também na perspectiva de atender às inúmeras motivações dos visitantes. Assim, é interessante que considerem uma rede de trilhas variadas internamente ao parque, interligando os atrativos naturais e culturais. Isso pode criar espaço para que um turista que visita uma unidade de conservação pela primeira vez se torne um ecoturista de carteirinha. Mesmo que interligadas, as trilhas devem ter diferentes níveis de dificuldade e duração, ainda que conectem os mesmos pontos. Além disso, também é desejável que sejam pensadas para que se conectem a trilhas externas ao parque, integrando outras redes, como aquelas de longo curso, para os visitantes que desejam caminhadas mais extensas.

Vale ressaltar que essas redes podem fomentar a geração de renda ao longo de sua extensão, por meio da oferta de diversos serviços, como hospedagem, alimentação e venda de equipamentos, por exemplo.

As diferentes possibilidades de usos e modais têm uma variação ampla e podem enriquecer a experiência do visitante, atendendo tanto caminhantes de um dia ou mais, praticantes de *mountain bike*, famílias com crianças e observadores de fauna, ampliando o rol de possibilidades e atraindo, assim, um público mais diverso. Desse modo, é de extrema importância que haja uma organização das trilhas para se evitar conflitos, por exemplo, entre praticantes de *mountain bike* e caminhantes.

O QUE FAZER?

- Considerar a estruturação de uma rede de trilhas dentro do parque para atrair usuários que desejam experiências em vários níveis de profundidade, tanto aqueles em busca de caminhadas de algumas horas quanto quem deseja experiências de imersão completas com percursos com duração de muitos dias.
- Possibilitar o uso das trilhas do parque por distintos públicos, incluindo níveis diversos de dificuldade, fomentando o uso por famílias com crianças, pessoas com deficiência (ainda que com apoio de equipamentos), esportistas iniciantes, visitantes experientes, entre outros.
- Planejar a sinalização nas trilhas considerando suas características e usuários. Sempre que possível, pode ser interessante valorizar elementos locais no âmbito da identidade visual dessa sinalização.
- Sinalizar as gradações dos níveis de trilhas, quando aplicável, com um sistema visual coeso, permitindo a compreensão fácil e rápida pelo visitante, mas sem gerar poluição visual no ambiente natural. A implementação de sinalização rústica pode ser uma estratégia de alta efetividade e baixo custo, viabilizando a inclusão de sinalizações nos locais previstos.
- Apoiar o planejamento de trilhas de longa distância bem estruturadas que interliguem os atrativos aos de outras unidades de conservação. Essa pode ser uma forma de ter o potencial de turismo de natureza do parque mais bem aproveitado, de modo que a visita em uma unidade estimule também a visita a outras.
- Implementar, quando possível, trilhas sensoriais. Esse pode ser um atrativo ímpar e desempenhar a função de proporcionar uma vivência no ambiente por meio de uma experiência lúdica.

- Estimular a busca dos usuários pela coleção de experiências em parques pode ser uma forma de incentivar que eles visitem um número cada vez maior de parques. Isso pode ser feito, por exemplo, criando um passaporte de trilhas da região, assim, o visitante pode se ver positivamente desafiado a conhecer todos os atrativos e trajetos locais ao longo do tempo.
- Permitir, quando possível, que as trilhas acomodem diversos modais, como, por exemplo, observadores de fauna, flora, ciclistas e caminhantes. Deve-se observar a convivência harmoniosa desses públicos, sem que um impeça a boa experiência de visitação do outro, usando-se para isso uma governana que envolva as partes afetadas.
- Considerar a adaptao ou implementao de trilhas específicas no parque para a prática de *mountain bike*, com cuidado para se evitar conflitos com outros usos.

MATERIAIS COMPLEMENTARES



Fundamentos do Planejamento de Trilhas – ICMBio



Manual de Sinalizao de Trilhas – ICMBio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques possuem um papel fundamental para a conservação da natureza, mas têm também na visitação um aspecto essencial em suas funções. Quanto mais pessoas conseguirem visitar nossos parques, dentro de seus interesses e necessidades, mais vínculos emocionais e cognitivos com a natureza poderão ser criados, com a melhoria de bem-estar físico e mental e desenvolvimento de consciência ambiental – tão necessária atualmente.

Ao trazer visões de diversos grupos de usuários, as recomendações levantadas ao longo desta publicação são um ponto de partida para que os projetos, sobretudo aqueles envolvendo parcerias, possam, o quanto antes, refletir a necessidade de se ampliar a diversidade de públicos em nossos parques. Ainda assim, essa é uma discussão que não termina com esta publicação – pelo contrário, apenas se inicia.

As parcerias podem ter como papel estratégico a possibilidade de implementação de ações, atividades e infraestruturas que nem sempre o poder público é capaz de consolidar, muitas vezes por falta de recursos financeiros e humanos. Nesse sentido, essas modalidades de gestão podem ser vistas como um meio para o aproveitamento de recursos do parceiro para o desenvolvimento de uma série de ações práticas que buscam melhorar os parques para os visitantes. E, para isso, os gestores públicos desses projetos e unidades de conservação, bem como a sociedade, podem potencializar seus parques, desde que conheçam mais sobre quais demandas podem ser viabilizadas em um contrato. Para isso, o guia “Potencializando Parques” busca iniciar uma discussão sobre algumas das principais ações práticas que podem ser viabilizadas pelas parcerias.

Através dessas ações abordadas, é possível começar a avaliar pontos que certamente podem ser desenvolvidos e amplificados, contando com os atores do poder público e da sociedade civil organizada olhando seus próprios parques, uma vez que as funções de uma unidade de conservação não são únicas, mas derivam de seu contexto social e natural. Assim, deve-se sempre ter em vista o objetivo de tornar os parques um espaço para a criação de vínculos emocionais, memórias afetivas e que promovam o bem-estar físico e psíquico de todos que os visitam, incluindo todos os perfis de usuários e contemplando as inúmeras formas de conexão com a natureza.



EXPEDIENTE

Instituto Semeia

Fernando Pieroni

Diretor-Presidente

Rodrigo Góes

Coordenador de Projetos

Afonso Ribeiro

Coordenador de Comunicação

Stefanie Saturnino

Analista de Projetos

AGRADECIMENTOS

Esta publicação baseia-se em uma série de conversas e interações com especialistas em diversos contextos. São profissionais de conhecimento notável em diferentes áreas relacionadas ao uso público dos parques brasileiros.

Apesar do conteúdo aqui presente ser de integral responsabilidade do Instituto Semeia, gostaríamos de agradecer nominalmente algumas pessoas. São elas:

Ademir Nunes Vassalo

André Ilha

Diego Igawa

Erika Hingst-Zaher

Guto Carvalho

Luiz Del Vigna

Maria Isabel Amando de Barros

Pedro Cunha e Menezes

Renata Falzoni

Ricardo González



Toolkit para Parcerias

POTENCIALIZANDO PARQUES

**UM GUIA INTRODUTÓRIO PARA
FORTALECER A VISITAÇÃO EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

semeia.org.br

